

Estados terão ajuda para aumentar receita

José Paulo Lacerda/AE—22/3/96

Vários programas de combate à sonegação fiscal serão desenvolvidos com empréstimo do BID

LU AIKO OTTA

BRASÍLIA — Os Estados terão ajuda de especialistas americanos, canadenses, europeus e japoneses para modernizar o combate à sonegação fiscal e aumentar suas receitas. A ajuda virá por meio de programas que serão desenvolvidos com o dinheiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). As parcelas do empréstimo de US\$ 500 milhões do BID começam a ser liberadas até o fim deste mês.

O financiamento está sendo captado pelo governo federal para ser repassado aos Estados. Caberá a São Paulo, que tem a maior economia e também a maior dívida do País, a principal fatia: pouco menos de 15% do total. "É interesse do governo que os Estados arrecadem mais", disse o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, que coordena os acordos com os Estados.

Todos os que assinaram contratos para baixar os juros e prorrogar o pagamento de suas dívidas precisaram assumir, como contrapartida, metas para aumentar a arrecadação e controlar melhor suas despesas, além de privatizar e colocar a dívida em rota de redução. "O empréstimo do BID dará condições para que os Estados cumpram suas metas", afirmou o assessor da secretaria executiva, Cincinato Rodrigues de Campos.

Alguns Estados já enviaram funcionários aos Estados Unidos e ao Canadá para treiná-los em inteligência fiscal. É um método que já vem sendo aplicado com sucesso pela Receita Federal há alguns anos e consiste na montagem de operações especiais, por uma equipe de fiscais, para "apertar" um determinado grupo ou atividade. É uma espécie de "Swat tributária", que atua fora dos esquemas burocráticos de escolha sobre quem ou o quê fiscalizar.

Enxugamento — Esse é só um dos programas que serão desenvolvidos com o dinheiro do BID. Boas



Pedro Parente: "É interesse do governo que todos arrecadem mais"

idéias que vêm sendo aplicadas em alguns Estados poderão ser transferidas para os demais. Campos cita como exemplo o enxugamento na Secretaria da Fazenda, feito no Ceará. Lá, como em todo o País, o salário fixo do fiscal representava apenas 10% de seu rendimento mensal. O restante vinha de participação nos resultados da fiscalização.

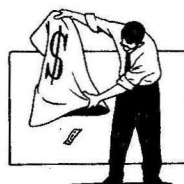
Na reforma, a divisão foi invertida. Assim, o salário passou a representar 70% e as gratificações, 30%. É um desenho mais lógico, na avaliação dos técnicos. A Secretaria da Fazenda do Ceará tam-

bém reduziu as unidades de arrecadação de 121 para 35, mantendo só as rentáveis, e terceirizou os serviços que não são típicos do governo, como limpeza e segurança, por exemplo. A reforma cearense

poderá ser um modelo para os demais Estados, segundo explicou o coordenador.

Os investimentos totais para modernizar a arrecadação chegarão a US\$ 1 bilhão — metade do BID e a outra parte como garantia dada pelos próprios Estados. Como alguns não têm dinheiro para pagar sua parte, o BID está aceitando, em contrapartida, o treinamento de funcionários para acompanhar o programa.

O empréstimo também prevê melhor controle e auditoria das despesas dos Estados. Todos deverão adotar o Sistema Integrado de Administração Financeira dos Estados e Municípios (Siafem). O governo federal já usa mecanismo igual desde 1987: o Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi). Nenhuma despesa da administração direta é feita sem estar registrada nesse sistema. No caso da Legião Brasileira de Assistência (LBA), as irregularidades cometidas na entidade durante a gestão da então primeira-dama Rosane Collor foram descobertas depois de investigações no Siafi.



SÃO PAULO
RECEBERÁ A
MAIOR FATIA
DOS RECURSOS